



Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais
Município de Tomar

ACTA Nº 22 AF

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco pelas vinte horas e trinta minutos, no edifício sito na Rua Major Ferreira do Amaral, n.º 9, reuniu a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Tomar (São João Batista e Santa Maria dos Olivais) em sessão ordinária com a ordem de trabalhos constante da respectiva convocatória.

Handwritten signature: Maria Celeste Gonçalves Simões de Sousa

Presidiu à sessão a Presidente da Mesa, Maria Celeste Gonçalves Simões de Sousa, coadjuvada pelos membros da Mesa 1º Secretário António Francisco Tavares Martins e 2ª Secretária Ana Maria dos Pereiros Marmelo da Silva.

Feita a chamada verificou-se encontrarem-se presentes os membros da Assembleia de Freguesia, com as justificações apresentadas e substituições solicitadas de acordo com a lista eleita. Verificou-se a ausência da qualquer representante do partido CHEGA, consignado-se que o 1º eleito da respectiva lista comunicou que se encontrava impedido de comparecer à reunião, tendo sido emitidas convocatórias aos eleitos seguintes, a última das quais Maria Fernanda Ferreira Lopes Ribeiro, que entretanto nada disse. Verificou-se ainda, a presença dos membros de Junta de Freguesia, com a exceção da vogal Joana Nunes que apresentou justificação.

Coligação CDS-PP-MPT-PPM- Coligação “Tomar Queremos Responder” – João Leonardo Domingues Martins.

PSD – Alexandre Gabriel Mateus Horta, José António Fernandes Ferreira, António Joaquim Lopes Ferreirinha, Cristina Alexandra Duarte Brito Alves e Joaquim Dias Palricas.

PS – Rui Manuel Alegria Bugalhão, João Miguel Marques Jesuíno e Daniel José da Conceição Oliveira.

A Presidente da Mesa Celeste Sousa (PS) abriu a sessão apresentando cumprimentos a todas as bancadas e ao público presente.

Em seguida questionou se alguém se inscrevia para participar no período destinado à intervenção do público, ninguém o tendo feito.

Passou-se ao **PAOD (Período Antes da Ordem do Dia)**.

Alexandre Horta (PSD) pediu a palavra para propor em nome da sua bancada um voto de pesar e um minuto de silêncio pelo falecimento da filha do vereador Hélder Henriques, o qual foi aprovado por unanimidade e cumprido de imediato.

João Martins (CDS) questionou se o programa GesAutarquia já está a funcionar e qual a razão pela qual as últimas actas do executivo ainda não estão publicadas.

O Presidente da Junta, Augusto Barros (PS) respondeu que o GesAutarquias só está a funcionar nas valências que foram consideradas de interesse e por essa razão contratadas, e que o atraso na publicação das actas é devido a um atraso geral de todo o serviço por motivo das férias.

Retorquindo João Martins (CDS) afirmou que o Presidente é responsável pela não disponibilização de toda a informação, querendo ainda saber se as ditas actas estão feitas.

Augusto Barros (PS) respondeu que as actas estão feitas mas não foram ainda carregadas.

Passou-se ao **Ponto 1 da Ordem de Trabalhos – Análise, discussão e votação da acta da última sessão.**

José Ferreira (PSD) requereu a alteração do texto da minuta da acta no que se refere às gravações e ao que a esse respeito tinha sido afirmado pela Presidente da Mesa (página 2), tendo a Presidente da Mesa reconhecido fundamento para a alteração proposta e tendo subsequentemente a assembleia aprovado essa alteração.

Alexandre Horta (PSD) afirmou que até elogiava a redacção da acta e que se socorria da mesma para recordar a justificação que o executivo tinha dado para não contratar as transmissões on-line, ou seja o seu custo e o não estabelecer compromissos para a mandato seguinte, dizendo que em face disso a sua bancada considerava inadequado colocar a concurso um lugar de assistente técnico a um mês das eleições.

Augusto Barros (PS) respondeu que o concurso abriu porque há vagas no quadro e que há necessidade do seu preenchimento como se comprovou com as dificuldades recentes de funcionamento da Junta Anima após a saída da técnica que estava em funções.

Submetida à votação foi a acta aprovada por unanimidade dos habilitados, com as alterações acima referidas.

Ponto 2- Informação escrita do Presidente da Junta:

A Presidente da Mesa Celeste Sousa (PS) chamou a atenção para um erro de redacção no que respeita à intervenção do Presidente no acto de eleição para o cargo de Directora do agrupamento de Escolas Nuno de Santa Maria, uma vez que o resultado foi mais propriamente a eleição da candidata Dr^a Judite Calado com 14 votos, tendo havido 2 votos noutra candidata (e não 2 votos contra).

Alexandre Horta (PSD) tendo em conta a menção da visita ao Bairro do Colégio referida na página 8 quis saber como ficou o caso dessa moradia e qual a situação relativamente às restantes moradias do bairro.

Augusto Barros (PS) respondeu que foi visitada a casa que vagou, tendo-se concluído que a mesma necessita de várias reparações, designadamente nas portas e janelas e na instalação eléctrica, que todavia não são possíveis de imediato por escassez de pessoal, pelo que de momento apenas se tomaram algumas precauções para impedir que haja intrusão de estranhos.

Quanto às outras casas informou que a sua regularização jurídica está a ser tratada pela advogada Dr^a Lurdes Mourato, havendo algum atraso no processo devido ao falecimento recente do respectivo marido. Disse ainda que a Junta distribuiu cartas a informar os moradores dos procedimentos em curso e que foi lá um topógrafo fazer o levantamento, inclusive com uso de drone.

Alexandre Horta (PSD) questionou também se irá haver pagamento de rendas.

A resposta foi endossada para a Tesoureira Sara Costa (PS) a qual informou que o propósito é integrar estas habitações no parque habitacional do município, tendo sido necessário fazer um trabalho de identificação porque estava tudo confuso, trabalho esse feito junto das finanças e

com vista a vir a registar estes imóveis na Conservatória Predial. Concluiu que a Junta é o zelador e que deverá manter esse papel.

Joaquim Palricas (PSD) perguntou se a Dr^a Lurdes Mourato está a trabalhar para a Câmara.

Augusto Barros (PS) respondeu que a Junta é que a contratou, não obstante se projectar que as casas venham a ser integradas no parque da Câmara. Informou ainda que o saneamento está a funcionar a céu aberto e que o proprietário vizinho já se disponibilizou para ceder uma faixa de terreno para se fazerem as ligações ao sistema.

Alexandre Horta (PSD) relativamente ao assunto da Junt'Anima (página 10) questionou se além dos 11.000 euros há mais despesas a reportar.

Augusto Barros (PS) respondeu que este ano o programa ficou um pouco mais caro do que se previa mas que já está quase tudo pago. Esclareceu que o valor pago à empresa é de 11.000 euros aproximadamente mas que há outras despesas a considerar além do custo devido à empresa.

José Ferreira (PSD) referiu que a bancada do PSD fez um requerimento no início de Agosto em que pôs a questão de quais os orçamentos solicitados para organização do evento e que essa questão não foi respondida.

Sara Costa (PS) respondeu que a contratação foi feita por ajuste directo, para o qual havia as condições legais e que sendo assim bastava a apresentação de um único orçamento.

José Ferreira (PSD) retorquiu que mais uma vez o executivo não respondeu ao que foi perguntado, que era o valor do ajuste directo.

Sara Costa (PS) de novo no uso da palavra disse que apesar de não ter ali o orçamento podia assegurar que o valor se situava entre 8.000 e 8.500 euros acrescido de IVA, pois como é sabido todos os valores em contratação pública são valores sem IVA.

João Martins (CDS) interveio para dizer: sr^a tesoureira, sabemos que a contratação podia fazer-se o ajuste directo, mas se a Junta se pautasse pela transparência dois orçamentos ou três seria mais transparente; e questionou quem é que sugeriu esta empresa que foi contratada.

Sara Costa (PS) afirmou que o executivo gostaria de ter recebido mais orçamentos mas só recebeu um e adjudicou o serviço porque a empresa lhe pareceu credível.

Augusto Barros (PS) acrescentou que estavam com a corda no pescoço para a Junt'Anima avançar. Nessa altura falou-se de várias pessoas mas as mesmas não tinham currículo, restando contratar a empresa que se propôs fazer este trabalho.

João Martins (CDS) considerou ainda que a técnica é que orienta os monitores e que por isso deveria já estar tudo preparado quando ela saiu. Pediu confirmação de que os 11.000 euros se referem só à empresa, tendo o Presidente da Junta respondido afirmativamente e acrescentado que há outras despesas.

Cristina Brito Alves (PSD) comentou que a Junt'Anima é importante para a freguesia mas não deveria haver necessidade de resolver estas questões em cima do joelho.

Rui Bugalhão (PS) interveio dizendo que tudo isto já foi esclarecido na sessão anterior e que não entende porque se volta agora a discutir, concluindo com uma pergunta: - na vossa opinião não havia Junt'Anima por não haver técnica?

Alexandre Horta (PSD) respondeu que as questões levantadas visam esclarecer e informar a assembleia, no exercício da sua função de fiscalização.

João Martins (CDS) referiu ter percebido das palavras do Presidente que já haveria pedreiros a trabalhar no Bairro do Colégio e não que tinham lá ido apenas trancar as portas, pedindo por isso desculpas. Questionou ainda por que motivo fora contratada a Dr^a Lurdes Mourato em vez de se recorrer à advogada síndica da câmara, obtendo como resposta do Presidente da Junta que o assunto é da Junta nesta fase.

Ponto 3 – Outros assuntos

José Ferreira (PSD) relativamente à auditoria disse que a sua bancada pediu a troca de correspondência e que em resposta a Junta historiou a situação até 2 de Setembro, perguntando em que ponto se está actualmente, salientando nomeadamente o número de dias decorrido desde que a Mesa notificou a Junta para obter os 3 orçamentos.

A Presidente Celeste Sousa (PS) endossou a resposta para o 1º Secretário da Mesa António Martins (PS) o qual recordou que os antecedentes já foram informados na sessão anterior, constando da acta e que depois disso no mês de Agosto a Mesa comunicou à Junta que se até essa data não tivesse havido resposta da Inspecção de Finanças deveriam pedidos orçamentos a três entidades privadas que tivessem competência para fazer a vistoria, o que a Junta cumpriu pedindo resposta aos proponentes até 15 de Setembro.

Como nesta data não tinham chegado respostas, renovou-se junto dessas três entidades o pedido de resposta rápida e se possível até 25 de Setembro.

No entanto uma das empresas respondeu que não tinha disponibilidade para se ocupar do assunto. E outra, a Deloitte, informou ser necessária uma identificação e/ou tipificação dos atos que se pretende sejam analisados, pressupondo que não se pretendia sindicar a plenitude dos actos executados pela Junta de Freguesia no período de vários anos. Certo é que até agora não temos ainda nenhum orçamento, o que talvez se compreenda pelo facto de se ter aprovado uma auditoria para análise de toda a gestão do executivo no período de um mandato, sem excepção de qualquer matéria, o que à partida abrange milhares de actos e procedimentos, implicando uma dedicação prolongada do auditor a este dossier, difícil de acomodar pelas empresas.

Concluiu considerando demonstrado que não são apenas as instâncias públicas, como a IGF, que têm dificuldade em responder à solicitação mas também as entidades privadas, o que atenua algumas expectativas de maior celeridade já aqui manifestadas no caso de o auditor ser uma entidade privada.

Celeste Sousa (PS) considerou justificada a prioridade no recurso a entidades públicas e que a abrangência que foi dada à vistoria aprovada está a dificultar a sua realização, concluindo que deveríamos ter sido mais cuidadosos na definição do âmbito da auditoria.

Alexandre Horta (PSD) disse notar alguma falta de entusiasmo nas palavras do Secretário da Mesa e que se o problema era a falta de especificação da matéria a auditar a assembleia deveria ter sido informada.

António Martins (PS) em resposta disse que o assunto tem sido conduzido solidariamente por todos os membros da Mesa e referiu haver alguma confusão na contagem de tempo feita por José Ferreira uma vez que a notificação à Junta para obter os 3 orçamentos já foi feita salvo erro no mês de Fevereiro, a seguir à aprovação da auditoria. Simplesmente a

Junta antes de o fazer pediu instruções à ANAFRE e à DGAL sobre o assunto, tendo sido então informada de que a averiguação podia ser feita pela IGF, entidade de quem se tem estado a aguardar resposta todos estes meses. Acrescentou que a Mesa, incumbida de promover a auditoria, considerou justificada essa espera pela decisão da IGF e na falta de resposta renovou as instruções para se obterem os orçamentos.

Melhor
de
Mesa

João Martins (CDS) questionou o timing da abertura do concurso para admissão da técnica afirmando que estava consensualizado no executivo enquanto lá esteve não se abrir concurso e que portanto a abertura do concurso neste momento era uma questão política, um truque muito baixo.

Joaquim Palricas (PSD) pediu a palavra para ler a seguinte declaração pessoal de fim de mandato:

A política sempre teve muitos significados. Para uns, é a busca da justiça e do bem comum; para outros, é poder, contrato social ou direitos. Hoje, associamo-la também à economia, ao papel do Estado e, sobretudo, à participação de cada cidadão.

Na freguesia, a política vive-se de forma ainda mais intensa. A proximidade faz com que cada problema tenha rosto, cada preocupação tenha voz e cada decisão tenha impacto direto na vida das pessoas. Ouvir, compreender, definir prioridades e transformar ideias em ações concretas é uma responsabilidade constante, sobretudo porque os recursos nunca são ilimitados. É preciso gerir com cuidado o orçamento, os equipamentos, o tempo e, acima de tudo, o esforço de todos, para que o resultado se traduza em benefício coletivo.

Fazer política local é, acima de tudo, representar. É dar voz à freguesia, junto da Câmara e de outras entidades, e é também prestar contas a quem confiou em nós. Cada eleito tem o dever de procurar o bem comum, de servir com lealdade e de honrar o mandato que lhe foi entregue. E, mesmo nas diferenças, o debate deve ser firme, mas respeitoso, porque só assim a diversidade de ideias se transforma em riqueza para a comunidade.

Foi com este espírito que procurei servir neste mandato. Fi-lo com rigor, humildade e convicção. Não estive sozinho: tive sempre ao meu lado colegas que me apoiaram, questionaram e ajudaram, e a todos eles deixo um profundo agradecimento.

E a todos vós, se em algum momento, falhei ou me excedi, peço desculpa. Nunca foi por falta de respeito ou de empenho, mas antes pelo peso da responsabilidade que senti.

Dirijo ainda uma palavra ao Senhor Presidente da Junta, Augusto Barros. Penso que algumas das discussões mais acaloradas que aqui ocorreram resultaram da maioria das suas respostas serem evasivas perante questões concretas, frequentemente desviadas para o plano pessoal. Ainda assim, quero afirmar o apreço e a amizade que nutro por V. Ex.^ª, independentemente da perceção que possa ter da reciprocidade desse sentimento.

Hoje, ao encerrar este ciclo, levo comigo a certeza de ter dado o meu melhor e a gratidão por ter tido a oportunidade de, mais uma vez, servir a nossa freguesia.

Desejo a todos — colegas, eleitos e fregueses — as maiores felicidades, que realizem os vossos projetos de vida e que continuem a acreditar que a política local, quando feita com dedicação e seriedade, pode mudar vidas.

Augusto Barros (PS) também à laia de balanço disse-se chocado com as afirmações proferidas numa assembleia anterior de que não fizemos nada durante quatro anos, afirmando que não olhou a dias nem a horas para que os nossos fregueses fossem bem

servidos, mesmo com prejuízo pessoal e da sua família, a quem agradeceu ter suportado esses constrangimentos.

Elencou em seguida, para exemplificar, o capítulo das pavimentações feitas ao longo do mandato, referindo obra por obra as diversas intervenções feitas ao longo dos anos 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025.

Concluiu dizendo que o povo há-de julgar os que estão agora em exercício e os vindouros e passou a palavra à tesoureira Sara Costa (PS) que resumiu o essencial das obras e actividades previstas no programa eleitoral e concretizadas durante o mandato nas áreas do ambiente, acção social, educação, mobilidade e transportes, toponímia, turismo e cultura, concluindo por declarar ter exercido com muito gosto os cargos de membro da assembleia e de tesoureira e pedindo desculpa por eventuais ofensas que tivesse causado aos demais eleitos.

Rui Bugalhão (PS) enalteceu o trabalho dos membros da Junta e da assembleia, não obstante se ter registado algum excesso de despiques e discussões desnecessárias, agradeceu também a participação do público e desejou felicidades a quem vier a seguir.

Alexandre Horta (PSD) também em jeito de balanço disse que a sua bancada fez uma oposição forte e construtiva pelo bem da freguesia. Agradeceu o trabalho da Mesa e disse ainda que apesar de alguns diálogos mais acalorados no final acaba por estar tudo bem. Agradeceu ainda à srª funcionária D. Fátima pelo empenho profissional e resistência demonstradas ao longo de todas as sessões; e por último desejou felicidades pessoais ao Presidente da Junta cessante, felicitando-o pelo mandato que cumpriu.

A Presidente da Mesa Celeste Sousa (PS), a finalizar expressou o seu agradecimento a todos quantos contribuíram para o bom funcionamento da nossa Assembleia de Freguesia.

Agradeceu a presença do "público" que ao longo destes anos participou e marcou com a sua presença as nossas reuniões de Assembleia.

Reconheceu o trabalho e a colaboração de todos os representantes dos diferentes partidos políticos aqui presentes, acrescentando que a partilha de ideias e a diversidade de perspetivas enriqueceram o debate democrático e fortaleceram a vida desta Assembleia.

Dirigiu uma palavra especial de gratidão à Mesa da Assembleia, pelo empenho, sentido de responsabilidade e dedicação que os seus membros sempre demonstraram no desempenho das suas funções.

Destacou ainda o apoio dos serviços administrativos da Junta de Freguesia, cujo profissionalismo foi essencial ao bom desenrolar dos nossos trabalhos, tendo feito uma menção particular à D. Fátima, pelo empenho, pela constante disponibilidade e pela forma exemplar como nos acompanhou ao longo destes quatro anos.

Ao Executivo da Junta de Freguesia, e em especial ao Senhor Presidente Augusto Barros disse querer deixar um profundo reconhecimento, salientando que apesar das dificuldades que marcaram sobretudo os últimos tempos, a sua dedicação e empenho ao serviço da nossa comunidade são dignos do maior respeito e louvor. Em nome de todos os tomarenses, muito obrigada, Senhor Presidente, disse.

Por último sublinhou que concluímos assim um ciclo de quatro anos de trabalho conjunto, marcado por desafios, mas também por conquistas, sempre com o objetivo comum de servir da melhor forma a nossa freguesia.

Nesta altura deu a palavra ao 1º Secretário da Mesa, António Martins (PS) para que resumisse o que ficará a constar da acta em minuta da presente reunião, esclarecendo que não havendo mais nenhuma reunião até ao fim do mandato em que se pudesse aprovar a respectiva acta, esta será distribuída pelos participantes da reunião de hoje para que possam vir a apresentar reparos e propostas de alteração, após o que será assinada pelos membros da Mesa.

António Martins (PS) sintetizou então as votações e deliberações a inserir na acta em minuta, nos seguintes termos:

No PAOD (Período Antes da Ordem do Dia) – voto de pesar proposto pela bancada do PSD pelo falecimento da filha do vereador Helder Henriques: aprovado por unanimidade e cumprido de imediato.

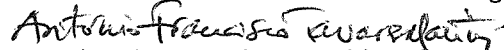
No Ponto 1 Análise, Discussão e votação da Acta da última sessão (Ata n.º 21) - Aprovada por unanimidade dos habilitados.

Ainda no uso da palavra António Martins (PS) proferiu algumas palavras de despedida visto não se ter candidatado ao futuro mandato. Congratulou-se pelo facto de ter participado como membro desta assembleia no que considerou ser uma prestação de serviço público tendo em vista o interesse da comunidade, afastando-se agora designadamente por razões etárias sem prejuízo de continuar a interessar-se e a acompanhar a gestão dos assuntos autárquicos locais. Desejou ainda felicidades pessoais ao Presidente da Junta cessante, cuja amizade pessoal disse provir pelo menos desde o mandato de 2009-2013 na Junta de S. João onde ambos estiveram na presidência dos respectivos órgãos, tendo sido essa uma razão determinante para ter concorrido ao actual mandato, visto não ter ligações partidárias.

Nada mais havendo a tratar deu-se a reunião por encerrada cerca das vinte e três horas, da qual para constar foi elaborada a presente acta que será assinada pelos membros da Mesa.

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia,


O 1º secretário de Mesa da Assembleia de Freguesia,


A 2ª Secretária da Mesa da Assembleia de Freguesia,

